



EFEITOS PARAFRÁSTICOS *VERSUS* EFEITOS POLISSÊMICOS NAS PRÁTICAS SOCIAIS DE USO DA LINGUAGEM

Andreia Nascimento CARMO¹

RESUMO: Este artigo apresenta como o enunciado “O Brasil não pode morrer” produz sentidos, em correlação com o enunciado “O Brasil não pode parar”, a partir do cenário brasileiro de pandemia com o coronavírus (covid-19). O principal objetivo é realizar um exercício de análise discursiva, levando em consideração as noções de paráfrase, polissemia, unidade e dispersão, observando gestos de leitura- interpretação possíveis para os enunciados supracitados. Para tanto, foi obtido como aporte teórico- metodológico a Análise de Discurso Francesa pêcheuxtiana (AD). Para o desenvolvimento deste exercício, é necessário destacar a relevância de examinar as condições de produção dos enunciados em estudo. A partir dessa reflexão, foi possível reconhecer pelos jogos parafrásticos e polissêmicos que pela contingência dos enunciados, eles abrem vias para produzir sentidos na mesma direção.

PALAVRAS-CHAVE: Paráfrase. Polissemia. Unidade. Dispersão. Efeitos de Sentidos.

PARAPHRASTIC EFFECTS *VERSUS* POLYSEMIC EFFECTS ON SOCIAL PRACTICES OF LANGUAGE USE

ABSTRACT: This article presents how the statement “Brazil cannot die” produces meanings, in correlation with the statement “Brazil cannot stop”, from the Brazilian pandemic scenario with the coronavirus (covid-19). The main objective is to perform a discursive analysis exercise, taking into account the notions of paraphrase, polysemy, unity and dispersion, observing possible reading- interpretation gestures for the aforementioned statements. For this, the Pêcheuxtian French Discourse Analysis (AD) was obtained as a theoretical and methodological contribution. For the development of this exercise, it is necessary to highlight the relevance of examining the conditions of production of the statements under study. From this reflection, it was possible to recognize by the paraphrastic and polysemic games that by the contingency of the statements, they open ways to produce meanings in the same direction.

KEYWORDS: Paraphrase. Polysemy. Unitty. Dispersion. Meaning Effects.

1 Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (PPGL – UFT). Docente da educação básica na SEDUC/TO. Endereço eletrônico: <dreiancn@gmail.com>.



PALAVRAS INICIAIS

“#obrasilnãopodemorrer!”.

Remetemo-nos a esta *hashtag* tão circulada pelas redes sociais, compondo as legendas de milhares de postagens de brasileiros em contraposição ao posicionamento do Governo sobre as medidas preventivas contra o coronavírus (covid-19), para pensarmos gestos de leituras possíveis para dois enunciados que movimentaram as manifestações dos internautas, em todo o Brasil. O primeiro, chamamos enunciado 1, “O Brasil não pode parar”, referente à campanha lançada pelo Governo Federal em março de 2020, ao tratar o isolamento social da população como precaução contra o coronavírus (covid-19) como algo desnecessário.

Após o pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro em que ele critica a atitude dos governadores de estados que aderiram ao isolamento social (BBC, 2020), o Governo Federal divulgou um vídeo nas redes sociais, objetivando incentivar o trabalhador brasileiro a não aderir a esse isolamento como medida para a prevenção contra o novo coronavírus (covid-19), sendo este considerado, pelo presidente Bolsonaro, apenas como uma “gripezinha” ou “resfriadinho” (CORREIO BRASILIENSE, 2020).

Diante desse acontecimento, milhares de pessoas que apoiavam o isolamento social também foram às redes sociais para exporem suas ideias. O vídeo lançado em campanha pelo Governo foi suspenso pela justiça, no mesmo passo em que outro vídeo foi lançado pelo FENAJUFE², em reposta contrária à campanha do Governo Federal. Assim, temos o segundo enunciado (2), “O Brasil não pode morrer”, em apoio à defesa da vida dos trabalhadores brasileiros e de medidas preventivas contra o coronavírus (covid-19) (SITRAAM, 2020).

A partir desse embate, a proposta deste artigo é pensar como o enunciado 2 “O Brasil não pode morrer” produz sentidos em correlação com o enunciado 1 “O Brasil não pode parar”, em determinadas condições de produção, considerando o cenário de pandemia com o

2 FENAJUFE – Federação Nacional dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União.

coronavírus (covid-19). Pelo viés teórico que assumimos, a Análise de Discurso francesa de orientação pêcheuxtiana – doravante AD – a linguagem constitui-se como opaca. Desse modo, esclarecemos que por este viés os sentidos sempre podem ser outros.

Assim sendo, nossa proposta parte de um exercício de análise em que consideramos a ideia de paráfrase e polissemia pela perspectiva da AD, em um batimento entre a unidade e a dispersão. E mais, nesse espaço de disputa de sentidos, compreendemos que se faz necessário considerar também, como a AD trabalha a noção de sujeito e sua relação com a constituição dos sentidos. É importante destacar que para esta análise, entre os elementos que compõem os textos audiovisuais, obtemos como materialidade discursiva para investigação, apenas os enunciados em questão, recortados dos vídeos.

Pelo exposto, compreendemos que os enunciados em estudo foram formulados por grupos de sujeitos que possuem ideias contrárias em relação à situação do Brasil no momento em que o país passava pelos primeiros casos confirmados de coronavírus (covid -19) e, paralelamente, o presidente afirmava que não se tratava de uma doença grave. Portanto, segundo ele, não havia necessidade de se fazer um isolamento social no Brasil. Mas ao contrário, o povo deveria continuar com sua vida normalmente, sobretudo, trabalhando para o seguimento e avanço da economia. Enquanto isso, a doença estava se alastrando em países como a Itália, por exemplo, que não adotou o isolamento social como medida preventiva logo no início dos casos em seu país.

Assim, para a continuidade dessa reflexão, problematizamos duas questões: Qual Brasil não pode parar? E ainda, qual Brasil não pode morrer?

À LUZ DE ALGUMAS NOÇÕES CONCEITUAIS

Pela perspectiva da AD francesa, a palavra é reconhecida em diferentes condições de produção, pelo seu efeito de unidade, “[...] mas para poder atribuir um sentido a essa

unidade, é preciso admitir que suas repetições – essas repetições – estão tomadas por uma regularidade.” (PIERRE ACHARD, 2015, p. 14). Isto significa dizer que a cada ocorrência de determinada palavra, ainda que em condições de produção diferentes, os sentidos são construídos a partir desse efeito de unidade.

Pelas aparições em textos de diferentes posições, o analista de discurso pode estabelecer as regularidades dessas palavras, e, assim, constituir os silêncios que elas invocam pelo jogo de força simbólico. No entanto, há que se considerar que nem sempre um significante é uma repetição. Dadas as condições de produção, um mesmo significante pode representar sentidos outros, o efeito de dispersão. Referimo-nos à incompletude constitutiva da linguagem.

Pela perspectiva discursiva, a linguagem é opaca. Isto é, o seu efeito de transparência é ilusório. Considerar que a linguagem não é transparente é considerar que ela produz um não sentido, aquele que não está exposto como “verdadeiro”. Entra nesse embate o binômio unidade e dispersão. Desse modo, pela ilusão de transparência da linguagem temos a unidade, pela opacidade temos a dispersão. Assim, compreendemos que opacidade trabalha em função de um não sentido constituído pelas condições de produção.

Pelo dispositivo teórico que nos sustenta, mobilizamos a noção de paráfrase e de polissemia. A primeira, entendida como um modo de redizer um sentido em diferentes formas de uso da linguagem. Enquanto a segunda é o novo, permite a criatividade a partir do “mesmo”. Na paráfrase, segundo Orlandi (1984, p. 11), “[...] temos a reiteração de processos já cristalizados pelas instituições.” ao passo que a polissemia “[...] é o processo de instauração da multiplicidade de sentidos.”. Desta forma,

[...] a paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é o deslocamento, rupturas de processos de significação. Ela joga com o equívoco. (ORLANDI, 2015, p. 34)

Nessa articulação entre paráfrase e polissemia, os dizeres têm relação com o lugar ocupado pelos sujeitos, com o acontecimento nas interações sociais, e com outros dizeres já produzidos antes. Dessa maneira, os dizeres se fazem no batimento entre o mesmo e o diferente. Isto é, na tensão “[...] entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam.” (ORLANDI, 2015, p. 34). Importa lembrar que o lugar social ocupado pelo sujeito constitui o seu dizer e demarca uma relação de forças, isto é, o lugar do sujeito estabelece a posição discursiva – imaginária – do sujeito do dizer.

Para a AD, o indivíduo torna-se sujeito quando é assujeitado à língua(gem), sendo interpelado ideologicamente. As formações ideológicas dos sujeitos são representadas, na linguagem pelas formações discursivas. Estas, por sua vez, determinam o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 2014 [1975]). Desse modo, o sujeito se constitui a partir de uma tomada de posição discursiva que corresponde a diversas formações discursivas. Para além disso, o lugar social ocupado pelo sujeito, isto é, a sua função na sociedade, também determina a construção dos sentidos. Assim sendo, o lugar social e a posição discursiva do sujeito se constituem mutuamente.

Nessa esteira, os sentidos também se constituem ideologicamente. Isso implica dizer que os sentidos são moventes. Eles podem variar. Dado que os sujeitos podem ocupar diferentes posições em diferentes lugares sociais. Dessa maneira, a ilusão de autonomia e unidade dos sujeitos e dos sentidos são efeitos de caráter ideológico, acrescidos a historicidade. De acordo com Orlandi (1988, p. 56), “[...] não há ideologia sem sujeito[...]”, a evidência de que somos sujeitos e de que a linguagem é transparente é um efeito ideológico. Para a autora, “[...] o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas.” dos sujeitos (ORLANDI, 1988, p. 58).

É relevante destacar que o não dito é fator importante no processo de produção de sentidos. Com base nos estudos de Eni Orlandi (2015), consideramos que o dizer tem sempre relação com um não dizer. Nessa perspectiva, mobilizamos a noção de silêncio fundador, aquele que existe nas palavras. O “[...] silêncio que indica que o sentido pode sempre ser outro.” (ORLANDI, 2018, p. 81). Contudo, não é tudo que não foi dito que representa este silêncio. Trata-se do não dito presente a partir do dito. Assim, reiteramos que a produção de sentidos ocorre no tocante às condições de produção dos discursos.

Ainda de acordo com Orlandi (2015), as condições de produção integram o sujeito, a situação e a memória. Em sentido mais amplo, a autora acrescenta o contexto sócio-histórico e ideológico. Partindo dessa compreensão, entendemos que tanto a partir do enunciado 2 “O Brasil não pode morrer” como a partir do enunciado 1 “O Brasil não pode parar” é possível produzir efeitos de sentidos parafrásticos, bem como polissêmicos. Visto que, diferentes proposições de um enunciado podem mobilizar sentidos semelhantes, à medida que uma mesma proposição enunciativa pode estar carregada de sentidos desiguais.

Assim sendo, a fim de chegarmos ao nosso objetivo principal de realizar um exercício de análise discursiva dos enunciados em estudo, consideramos necessário pensar para o enunciado 1, referente à campanha do Governo, “O Brasil não pode parar”, possíveis paráfrases como: O trabalhador não pode parar; A economia não pode parar. Nessa proporção, para o enunciado 2, “O Brasil não pode morrer”, utilizado em contraposição a essa campanha, propomos as paráfrases: O trabalhador não pode morrer; A economia não pode morrer.

UM JOGO ENTRE A PARÁFRASE E A POLISSEMIA

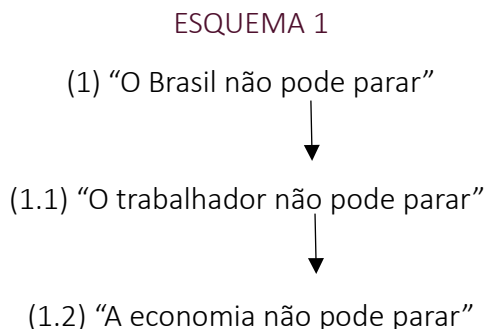
Nesta seção, apresentamos gestos de leitura-interpretação possíveis para os enunciados em análise. Para começar, retomemos as condições de produção desses enunciados: no momento em que o Brasil começou a enfrentar, e vários países em todo o

mundo já enfrentavam a mais tempo, uma pandemia de coronavírus (covid-19), um vídeo com o slogan, “O Brasil não pode parar”, circulou pelas redes sociais apresentando a posição do Governo Federal contra a adoção do isolamento social. Essa deliberação foi recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como medida preventiva obrigatória à população mundial. Logo em seguida, o FENAJUFE lançou um vídeo, ressaltando a necessidade de cuidados com a vida dos trabalhadores brasileiros com o slogan, “O Brasil não pode morrer” em contraposição ao vídeo da campanha apresentada pelo Governo.

A partir da nossa materialidade discursiva, podemos perceber que ambos os enunciados em observação possuem locutores impessoais, isto é, locutores que se ocultam na enunciação. Esse efeito é possível através dos processos polifônicos, em razão de que um enunciado pode representar mais de um locutor e ainda, mais de uma posição-sujeito. Vale lembrar que a figura do locutor-enunciatário surge como uma pessoa ou um grupo de pessoas, caracteristicamente apresentados como a origem do dizer. Diante disso, questionamo-nos, de qual lugar social emanam esses enunciados? Nesse sentido, há uma relação de forças pela qual o sujeito projeta uma imagem de si e do outro, ao mesmo tempo em que toma uma posição discursiva, que por sua vez, significam pela historicidade e pela memória do dizer.

Por este viés, embora saibamos a fonte dos enunciados que recortamos para este estudo, eles apresentam uma aparente impessoalidade que pode ser destituída apenas a partir de uma observação atenta a esses enunciados. Desse modo, quando o Governo lança a campanha para que a população continue a trabalhar durante a pandemia, dadas as diversas declarações públicas do presidente do país, reiterando essa ideia, entendemos que no enunciado 1, “O Brasil não pode parar”, o locutor impessoal representa, na situação empírica, Jair Bolsonaro e seus apoiadores.

Para nossas proposições parafrásticas em relação ao enunciado 1, em: “O trabalhador não pode parar”; “A economia não pode parar”, temos diferentes formulações do mesmo dizer. No movimento de sentidos desse objeto simbólico, elaboramos o seguinte esquema:



Em nossa compreensão, tanto o substantivo “Brasil” como o substantivo “economia” surgem personificados como alguém que está apto a se movimentar – em nossas condições de produção, alguém que está apto a sair de casa para trabalhar. Esse alguém, entendemos como os trabalhadores assalariados e autônomos. Em seguida, há o advérbio de negação “não” sucedido da combinação dos verbos “pode parar” no imperativo, trazendo a ideia de imposição de uma ordem, uma proibição. Há uma finalidade clara de levar o interlocutor, no caso o trabalhador brasileiro, a realizar o desejo do locutor, o Governo Federal. Nossa concepção torna-se melhor elucidada em “O trabalhador não pode parar”.

Mostrar que não há a necessidade de tanta preocupação com o que foi denominado pelo presidente Bolsonaro como uma “gripezinha” ou “resfriadinho”, mas que vem matando milhares de pessoas em diversos países, inclusive no Brasil, aponta um posicionamento discursivo. Neste caso, mostra uma posição discursiva constituída a partir de uma formação discursiva política associada ao pensamento capitalista de consumo exacerbado, em detrimento da vida e da saúde da população. Mostra também que a preocupação é outra. É com o acúmulo de capital.

Esses sujeitos que comungam desse pensamento “acionam” uma rede de memórias, pela qual eles se identificam e se constituem, inscrevendo-se em determinadas formações discursivas. Isto é, esses sujeitos assumem uma posição-sujeito pela qual eles desempenham saberes discursivos ligados a todo um complexo que visa a produção e a acumulação de riquezas e a expansão da atividade comercial. Vale lembrar que os meios de produção são propriedades privadas de uma classe, em contraposição a outra classe que vende sua força de trabalho.

O Governo parece esquecer, em um paradoxo, que sem trabalhador, não há mão de obra, produção, compra e venda. Portanto, não há economia que resista. Entendemos como paradoxo porque ele insiste na realização das atividades sociais diárias normalmente e sabe da necessidade do trabalhador para as atividades comerciais, ao mesmo tempo que o joga em um campo perigoso para a sua vida e para a vida da sua família. Desse modo, acrescentando o “argumento” do presidente Bolsonaro de que o coronavírus seja apenas uma “gripezinha”, o enunciado 1 abre vias para compreendermos que o Governo se apresenta como omissos em relação ao fato, ao considerar que a falta de isolamento não lança os trabalhadores à vulnerabilidade.

Em relação ao enunciado 2, “O Brasil não pode morrer”, observamos que este já apresenta em sua composição uma relação parafrástica com o primeiro enunciado analisado. Desse modo, a personificação do substantivo “Brasil” e os elementos linguísticos como o advérbio de negação “não”, além do uso do modo imperativo com a combinação “pode morrer”, repetem-se na sustentação do enunciado. No entanto, a substituição do verbo “parar” pelo verbo “morrer” produz um deslocamento que afeta os sujeitos e conseqüentemente os sentidos. Isto é, ocorre um efeito polissêmico em relação à materialidade linguística – língua e historicidade –, provocando sentidos desiguais. Para refletir sobre o enunciado 2, elaboramos o esquema a seguir:

ESQUEMA 2

(2) “O Brasil não pode morrer”



(2.1) “O trabalhador não pode morrer”



(2.2) “A economia não pode morrer”

Desse modo, compreendemos que o locutor impessoal, referente ao segundo enunciado em estudo, representa grupos opositores ao posicionamento do Governo Federal em relação às medidas de prevenção contra o coronavírus (covid-19). Dessa forma, pensamos em sujeitos constituídos por formações discursivas políticas diferentes, assim, eles assumem uma posição-sujeito em que se identificam de modo distinto em relação ao fato, produzindo sentidos para outra direção. São sujeitos inscritos em determinadas formações discursivas e não outras para construir determinados sentidos e não outros.

Evoca-se um espaço de memória dos movimentos pela luta dos direitos dos trabalhadores. Isto é, esses sujeitos se identificam por outra rede de memórias que os constituem de modo diferente, com formações discursivas diferentes daqueles (inter)locutores mencionados em relação à produção do enunciado 1. Para esses sujeitos – (inter)locutores do enunciado 2 – se a economia não pode parar agora, e isso inclui sacrificar o trabalhador, ela vai parar futuramente, pois não haverá trabalhador. Portanto, para manter ou promover a economia do país, esse trabalhador deve ser protegido.

Partindo dessa compreensão, no enunciado exposto em (2) e nas paráfrases apresentadas em (2.1) e (2.2), observamos um efeito de oposição de sentidos em relação ao enunciado (1) e às suas paráfrases (1.1) e (1.2). No entanto, na proposição parafrástica exibida em (2.2) para o enunciado 2 e na paráfrase (1.2) para o enunciado 1, atentamos para a

ocorrência da produção de sentidos voltados para a mesma direção. Ou seja, verificamos uma tensão entre sentidos outros – dispersão – e o sentido um – unidade. Nesse sentido, dadas as condições de produção do nosso recorte analítico, somos provocados a refletir sobre o funcionamento da linguagem nas práticas sociais, filiados à concepção da linguagem com sua incompletude constitutiva. Dito de outro modo, pensamos a linguagem sujeita à equivocidade.

Em nosso recorte específico, na segunda hipótese parafrástica proposta para os enunciados 1 e 2, (1.2) e (2.2), respectivamente, vemos acontecer uma ruptura na sequência constitutiva da direção de sentidos opostos – tal como foi o objetivo do vídeo que apresentou o enunciado 2 – migrarem para uma direção de sentidos equivalentes. Em outras palavras, a linguagem apresenta-se em sua equivocidade, mostrando um movimento de sentidos que se dispersa daquilo que parecia regular em direção de certa irregularidade.

Neste caso, no processo parafrástico apresentado em (2.2) “A economia não pode morrer”, em relação à paráfrase mostrada em (2.1), e ao enunciado 2, há efeito de unidade, se considerarmos que para se manter a economia “viva” é necessário que o trabalhador não morra. Ao passo que essa mesma proposição parafrástica (2.2) desloca-se para um efeito de unidade provável também em relação ao enunciado 1, e por um efeito em cadeia, em relação às suas paráfrases, sobretudo, aproximando-se dos sentidos possíveis para a proposição (1.2) – “A economia não pode parar”.

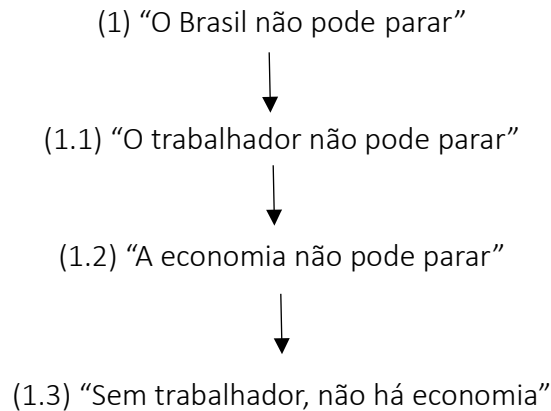
Em nosso percurso analítico, mostramos que a partir do enunciado 1, foi possível elaborar duas paráfrases que direcionam sentidos semelhantes e sustentam o efeito de unidade. Do mesmo modo, no enunciado 2, à medida que as suas duas proposições parafrásticas permanecem com o efeito de unidade para este, a segunda proposição também estabelece uma ruptura e os sentidos deslizam para outra direção. Em outras palavras, a proposição (2.2) possui simultaneamente, efeito de dispersão em relação ao enunciado 2, à proporção que possibilita um efeito de unidade em relação ao enunciado 1.

Temos uma relação parafrástica trabalhando, pelo não dito, no funcionamento da língua. Esta, reiteramos, constitutiva de incompletude. Assim sendo, ancoramo-nos ao silêncio fundador do dizer, presente nos enunciados e em suas paráfrases para (re)afirmar o nosso gesto de leitura-interpretação. Pela repetição dos sentidos, compreendemos que enunciar “A economia não pode morrer”, significa dizer que ela tem que sobreviver, para isso, ela tem que funcionar. Para funcionar, ela tem que estar em movimento, portanto, “A economia não pode parar”. O que também abre vias para compreendermos que “O trabalhador não pode parar”.

Agora que vimos a possibilidade de tanto o sentido um, como o sentido outro, serem produzidos a partir de processos parafrásticos elaborados para os enunciados que circularam socialmente com objetivos distintos, seguimos nossa análise com o intuito de mostrar efeitos polissêmicos oportunos para os nossos enunciados em investigação. Em um jogo polissêmico, vemos a hipótese de articular que em suas paráfrases a afirmação “Sem trabalhador não há economia” tornou-se verdadeira. Nessa esteira, surge-nos outra questão: o que está silenciado, o que não foi dito nesses enunciados?

Para continuar a proposta da nossa análise, agora notabilizando a polissemia como pluralidade de sentidos, retomamos os esquemas 1 e 2 elaborados anteriormente. Todas as proposições apresentadas no esquema 1 abrem vias para compreendermos que o trabalhador não deve cessar suas atividades, ficando em casa. Ele deve sair para trabalhar em defesa da produção e acúmulo de bens materiais. Isto é, é necessário que haja trabalhador para que a economia não pare. Nessas condições, fizemos um acréscimo e o chamamos esquema 3:

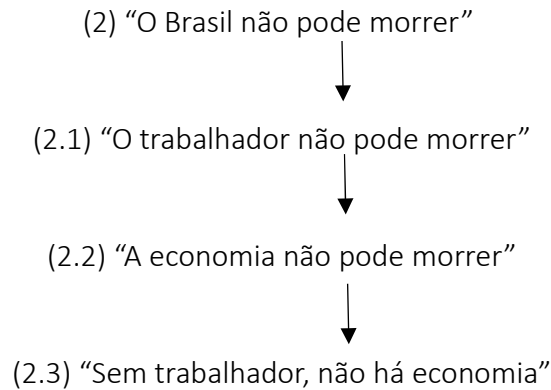
ESQUEMA 3



Nessas mesmas condições, no esquema 2, tanto a proposição (2.1) como (2.2) indicam que o trabalhador deve ficar em casa para proteger-se do risco de contágio com o coronavírus (covid-19). Nesse sentido, entendemos que se o trabalhador sair de casa para exercer suas funções sociais normalmente, ele pode morrer. Uma vez que ele morre, a economia também morrerá, pela hipótese de que não haverá alguém para substituí-lo. Isto é, sem vida não há trabalhador, sem trabalhador, não há avanço econômico. Em outras palavras, sem o trabalhador não há economia.

Por outro lado, a mesma proposição (2.2) revela uma deriva nos sentidos, dado que, como já discutimos nesta investigação, se "A economia não pode morrer", "O trabalhador não pode parar". Desse modo, a proposição (2.2) demonstra que o trabalhador não poderá permanecer em casa em isolamento social, pois sem ele a economia para. De todo modo, em ambas as compreensões o papel do trabalhador é fundamental. Para melhor demonstrarmos nossa hipótese, acrescentamos mais uma proposição, agora ao esquema 2 e o chamamos esquema 4:

ESQUEMA 4



Diante do exposto, refletimos: por que esse trabalhador não pode parar? Por que ele não pode morrer? Pela reflexão que vimos fazendo, se esse trabalhador morre, não haverá mão de obra. Sem mão de obra não há produtos para compra e venda. Portanto, não há economia. Assim, torna-se necessário cuidar desse sujeito e buscar alternativas para que ele esteja atuando ativamente na sociedade. Desse modo, reiteramos que pela contingência da língua, a afirmação "sem trabalhador não há economia" foi legitimada.

Essa legitimidade pode ter sido verificada pelo não dito presente nos enunciados 1 e 2. O não dito abriu espaço para o surgimento do sentido outro. Este, estabelecido pelo processo polissêmico apresentado nos esquemas 3 e 4, conforme foi exposto antecipadamente. Por esse viés, retomamos a paráfrase (1.2) para refletir sobre outra questão: sem economia, há trabalhador? Pelo que discutimos, uma vez que a economia para, ela morre. Acrescentamos, juntamente a ela, o trabalhador, nos moldes que vimos tratando, o assalariado e o autônomo. Assim, a afirmação "sem economia não há trabalhador", também se tornou verdadeira.

Diante do exposto nos esquemas 1, 2, 3 e 4, apreendemos que o que parece ser oposição rompe com o processo de norteamo dos sentidos e aponta para a produção de

movimentos entre o mesmo e o novo. Observamos que tanto pelo jogo polissêmico como pelo jogo parafrástico, os enunciados em investigação abrem vias para a constituição de sentidos com resultados semelhantes e, não distintos como foi de fato elucidado como o objetivo primeiro da circulação do enunciado “O Brasil não pode morrer”.

Se hipoteticamente os enunciados 1 e 2 produzem sentidos desiguais, visto que um foi elaborado para contradizer o outro, eles se aproximam em suas ideias, pelo não dito, uma vez que atribuem a importância do trabalho e, sobretudo, do trabalhador para a economia. Em outras palavras, é possível construirmos sentidos equivalentes para os dois enunciados. Pelos efeitos da polissemia, alcançamos sentidos mais amplos. Fora da repetição de vocábulos, apresentando um novo movimento de sentidos possíveis no funcionamento da língua. A polissemia produzindo sentidos em outra direção, simbolizando outra posição dos sujeitos, mas que ao final carrega o já dito.

PALAVRAS FINAIS

No decorrer deste artigo, dedicamo-nos a compreender os sentidos que são produzidos em torno dos enunciados “O Brasil não pode parar” e “O Brasil não pode morrer”. Buscamos pensar por meio de um exercício analítico como a linguagem, vista pela perspectiva discursiva, se desenvolve nas relações entre os sujeitos e as situações de comunicação social. Diante disso, entendemos que a produção dos sentidos deve ser observada pela linguagem em funcionamento nas práticas sociais.

A partir dessa observação, ainda vale considerar que a paráfrase e a polissemia são duas forças que trabalham no funcionamento da linguagem, separadas por uma linha tênue. A primeira, voltando-se à unidade de sentidos. A segunda, abrindo espaço para a dispersão. Importa mencionar que o processo de produção de sentidos torna-se heterogêneo em virtude

das condições de produção. Assim, compreendemos que pelo processo parafrástico há modos diferentes de significar o sentido mesmo, em contraposição aos sentidos outros.

Em nossa análise, o efeito um, dando lugar ao efeito múltiplo. Finalmente, retomamos as questões problematizadas na seção introdutória deste artigo: Qual Brasil não pode parar? E ainda, qual Brasil não pode morrer? Em nossa hipótese seria possível agora (re)dizer, o Brasil dos trabalhadores assalariados e autônomos. O Brasil daqueles que precisam sair de casa para ganhar o pão de cada dia para a sua família, enfrentando o perigo do contágio com o coronavírus (covid-19), vivenciando assim, uma situação caótica entre o medo da doença e o medo da escassez. O Brasil do povo que deve atender a ideia de servidão exigida, em prol do desenvolvimento econômico.

Pelos efeitos parafrásticos, embora o enunciado “O Brasil não pode parar” tenha circulado em defesa da economia e o objetivo do enunciado “O Brasil não pode morrer” tenha sido defender o trabalhador, em nossa leitura, observamos que há um deslizamento de sentidos possíveis que conduz ambos os enunciados em estudo para a mesma direção: a economia não pode parar, isto é, a economia não pode morrer. Paralelamente, o trabalhador também não pode morrer, visto que, sem ele, não há desenvolvimento econômico.

Para mais, o efeito polissêmico nos mostra como é possível trazer o múltiplo para a construção do efeito de sentidos entre os interlocutores em suas práticas sociais. Pela multiplicidade de sentidos possíveis que se manifestam nos enunciados 1 e 2 em nosso exercício de análise, concordamos com a produção de um discurso – entendido como efeito – com valor de verdade: “sem trabalhador não há economia” e mais, “sem economia não há trabalhador”. Em outras palavras, apresentamos modos de se instituir efeitos de sentidos a partir de gestos de leitura-interpretação que estabelecem um discurso “verdadeiro” entre os sujeitos inseridos em determinadas condições de produção, ainda que eles sejam constituídos por formações discursivas – políticas – diferentes.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre *et al.* (Orgs.). *Papel da memória*. 4. ed. Trad. José Horta Nunes. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2015.

BBC, News Brasil. *Coronavírus: postura de Bolsonaro coloca União e Estados em enfrentamento direto*. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52042535>. Acesso em 10 de set. 2020.

CORREIO BRASILIENSE. *Planalto lança campanha 'O Brasil não pode parar' contra isolamento*. Brasília 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/26/interna_politica,840572/planalto-lanca-campanha-o-brasil-nao-pode-parar-contra-isolamento.shtml. Acesso em: 10 de set. 2020.

ORLANDI, Eni. *Segmentar ou recortar?* In: *Linguística: Questões e Controvérsias*. Uberaba: Publicação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

ORLANDI, Eni. *Discurso e leitura*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

ORLANDI, Eni. *Análise do Discurso: Princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Orlandi *et al.* 5. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2014 [1975].

SITRAAM. *Fenajufe lança campanha 'O Brasil não pode morrer'*. Manaus: AM, 2020. Disponível em: <http://www.sitraam.org.br/fenajufe-lanca-campanha-o-brasil-nao-pode-morrer/>. Acesso em: 07 de set. 2020.

Envio: Setembro de 2020.

Aceite: Janeiro de 2021.